

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.963 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : DALLAS AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS LTDA
ADV.(A/S) : CARLOS GONÇALVES JÚNIOR E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : RENATO APARECIDO RODRIGUES PEREIRA
ADV.(A/S) : MARCOS SILVA VALÉRIO E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O Supremo Tribunal Federal, **apreciando** a ocorrência, *ou não*, de controvérsia alegadamente **impregnada** de transcendência e **observando** o procedimento a que se refere a Lei nº 11.418/2006, **entendeu destituída de repercussão geral** a questão **suscitada no ARE 748.371-RG/MT**, Rel. Min. GILMAR MENDES, por tratar-se de litígio referente a matéria infraconstitucional, **fazendo-o** em decisão assim ementada:

“Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral.”

O não atendimento desse pré-requisito de admissibilidade recursal, **considerado** o que dispõe o art. 322 do RISTF, **na redação** dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, **inviabiliza o conhecimento** do recurso extraordinário interposto pela parte ora agravante.

Impõe-se observar, de outro lado, **no que se refere à alegada transgressão** ao postulado constitucional **que impõe**, ao Poder Judiciário, **o dever de motivar** suas decisões (CF, art. 93, IX), **que o Supremo Tribunal Federal** – *embora sempre enfatizando a imprescindibilidade* da observância dessa **imposição** da Carta Política (**RTJ** 170/627-628) – **não confere**, a tal *prescrição constitucional*, **o alcance** que lhe pretende dar a parte ora recorrente, **pois**, na realidade, **segundo** entendimento firmado **por esta própria Corte**, *“O que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão*

*judicial seja fundamentada; não, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: declinadas no julgado as premissas, corretamente assentadas ou não, **mas coerentes** com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional” (RTJ 150/269, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – grifei).*

Vale ter presente, a respeito do sentido que esta Corte tem dado à norma inscrita no inciso IX do art. 93 da Constituição, **que os precedentes** deste Tribunal **desautorizam a abordagem hermenêutica** feita pela parte ora recorrente, **como se deduz** de diversos julgados (AI 731.527-AgR/RJ, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 838.209-AgR/MA, Rel. Min. GILMAR MENDES – AI 840.788-AgR/SC, Rel. Min. LUIZ FUX – AI 842.316-AgR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, v.g.), **notadamente** daqueles referidos pelo eminente Relator do AI 791.792-QO-RG/PE, Rel. Min. GILMAR MENDES, **em cujo âmbito se reconheceu, a propósito** da cláusula constitucional mencionada, a existência de repercussão geral (RTJ 150/269, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE – AI 529.105-AgR/CE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA – AI 637.301-AgR/GO, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – RE 327.143-AgR/PE, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.).

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (CPC, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator